

Os limites às restrições aos direitos fundamentais

RAFAEL STEFANOW BONOTTO

Universidade La Salle

Leonel Pires Ohlweiler (Orientador)

Os direitos fundamentais relacionam-se com inúmeros institutos jurídicos. Entre tais institutos jurídicos, estão o 'poder de polícia' e o 'direito administrativo sancionador' no que toca ao direito sanitário e às restrições impostas em todas as esferas federativas aos administrados em razão da pandemia de Covid-19, em especial a lei nº 13.979/2020.

Como o tema da nossa dissertação vai nesse sentido, justifica-se este trabalho sobre os limites às restrições administrativas impostas aos direitos fundamentais, uma vez que são plenamente aplicáveis às restrições sanitárias e seus limites.

Como pretendemos fazer deste resumo o início de uma pesquisa mais ampla, e considerando que pesquisa alguma parte da estaca zero, a procura pelas fontes bibliográficas torna-se essencial para o conhecimento das principais conclusões que outros autores chegaram e assim evitar a inclusão de lugares-comuns no trabalho.

Para Ingo Sarlet, o problema da eficácia dos direitos fundamentais passa pela problemática da eficácia das normas constitucionais em geral no âmbito do direito constitucional brasileiro. Ele aborda a aplicabilidade imediata (direta) e a plena eficácia das normas definidoras de direitos fundamentais, o seu significado e o alcance do art. 5º, § 1º, da Constituição de 1988.

Traz à baila a eficácia dos direitos fundamentais propriamente dita, diferenciando o significado da aplicabilidade imediata para cada categoria dos direitos fundamentais. Em suas conclusões, Sarlet enfrenta a questão da proteção dos direitos fundamentais em face de suas restrições, do âmbito de proteção, dos limites e dos limites aos limites dos direitos fundamentais, com destaque para a proteção em face da atuação do poder de reforma constitucional e da proibição de retrocesso.

Por sua vez, Canotilho apresenta o seu sistema dos direitos fundamentais, apresentando as classificações doutrinárias e históricas e o sistema de direito constitucional positivo.

Tratando dos direitos fundamentais e suas restrições, Alexy aborda o conceito e os tipos de restrições aos direitos fundamentais, a possibilidade lógica de restrições aos direitos fundamentais, o conceito de restrição aos direitos fundamentais, e as espécies de restrições aos direitos fundamentais (diretamente constitucionais e indiretamente constitucionais), findando com a garantia do conteúdo essencial como a restrição das restrições.

Robert Alexy também aborda a discricionariedade estrutural e o sopesamento, a discricionariedade para definir objetivos, a discricionariedade para escolher meios, e a discricionariedade para sopesar.



Para finalizar, lembramos que se trata do primeiro passo para uma posterior pesquisa mais profunda, que redundará na dissertação de mestrado, sendo que a visão panorâmica proporcionada neste resumo tem como um dos seus principais benefícios facilitar a organização das ideias sobre os limites às restrições aos direitos fundamentais em matéria de direito sanitário.

Referências

Robert Alexy

J. J. Gomes Canotilho

Ingo Sarlet